

## **Das patologias da economia monetária aos patógenos que ameaçam a humanidade: financeirização do espaço rural e produção social de pandemias**

Daniel Lemos Jeziorny<sup>1</sup>

Lucas Trentin Rech<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma síntese da relação entre o avanço da monocultura sobre o espaço rural e sua simbiose com a emergência de novas doenças. Demonstra-se também a estreita vinculação entre a opção pelo monocultivo e o avanço das finanças sobre o espaço rural. No âmbito nacional, o trabalho apresenta as formas de financeirização da área cultivada brasileira, desde as sociedades por ações aos Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), recentemente regulamentados pelo Senado. Por fim, o trabalho aponta caminhos para que a ciência econômica seja colocada em prol da causa ambiental, tal qual Keynes, em seus escritos pré-Teoria Geral buscava recolocar a ciência econômica em prol da humanidade e não dos lucros.

**Palavras-chave:** Economia Ecológica; Financeirização; Economia Monetária; Pandemias; Espaço Rural.

**Abstract:** This paper presents a synthesis of the relation between the monoculture advancement and new diseases emergence. It also demonstrates the linking between the option for monoculture and the advance of finance on rural areas. On the national background, the work shows the financialization forms in Brazilian rural areas from joint stock companies to Agrarian Investment Funds (Fiagro). Lastly, the paper points to the need of place economics in favor of the environmental cause, as Keynes did before the WWII, when urged to place economics in favor of humanity and not profits.

**Keywords:** Ecological Economics; Financialization; Brazil; Pandemics; Rural Areas.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: daniel.ufrgs@yahoo.com

<sup>2</sup> Professor Substituto na Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas e Pesquisador Visitante no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. E-mail: luksrech@hotmail.com

## Introdução

Vamos colocar tudo na mesa já de saída, sem meias palavras. No que diz respeito à crise climática, sim, chegou a hora de entrarmos em pânico.

(Raymond Pierrehumbert, 2018)

As palavras da epígrafe acima foram originalmente redigidas por um renomado professor de física da Universidade de Oxford, nos EUA, principal autor do “aterrorizante” relatório do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) de 2018. Desafortunadamente, não se trata de mero recurso retórico para chamar a atenção a um problema que muitos julgam, apenas, lateral. Atualmente, a humanidade se depara com uma ameaça real, concreta, que, talvez pela primeira vez na História, lhe coloca diante de uma encruzilhada na qual não possa garantir que o futuro venha a ser melhor que o presente. Apesar da recalcitrância de teorias conspiratórias e dos escusos interesses de certos grupos econômicos e negacionistas de ocasião, há muito a ciência alerta à seriedade dos números que envolvem as principais variáveis que influenciam o aquecimento global, tais como a emissão de gases de efeito estufa, a diminuição da *permafrost*, a acidificação dos oceanos e o desmatamento de florestas e outros biomas ao redor do planeta. A verdade é que, quanto ao devir da civilização humana no *Sistema Terra*, projeções de coletivos científicos renomados e chancelados pela Organização das Nações Unidas, como o próprio IPCC e a OMS, são cada vez mais contundentes e sombrias.

Como se não bastassem as incertezas colocadas pela crise ecológica que se aprofunda no Antropoceno, a versão neoliberal de civilização humana experimenta uma sufocante realidade, causada por uma pandemia que já ceifara milhões de vidas humanas (e segue – tragicamente – a levar outros milhares, dia após dia). Analogamente ao que diz respeito ao aquecimento global, também no caso da recente pandemia de Sars-Cov-2 é quase vexatório afirmar que estamos diante de uma grande surpresa. Afinal, num relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2016), por exemplo, consta que, desde 2012, uma nova doença infecciosa entra em cena, em média, a cada quatro meses. Em 2015, o biólogo evolutivo e filogeólogo Rob Wallace publicara *Big Farms Make Big Flu*, em que apresenta um rico esforço de interpretação e síntese de duas décadas de trabalho em busca das causas do surgimento de doenças infecciosas com potencial pandêmico. Naquele trabalho, o pesquisador estadunidense é taxativo ao afirmar a associação entre o agronegócio e o surgimento de doenças infecciosas. Isto pois, de acordo com seus estudos, o desmatamento é uma das principais vias para que patógenos migrem de seu habitat natural para ameaçar as formações humanas, tanto nos espaços rurais, quanto nos centros urbanos. Aliás, se a ruralidade já não pode ser entendida meramente como resíduo do urbano, vale lembrar que, em 2019, o maior centro urbano do Brasil presenciou o dia virar

noite, quando resíduos de queimadas na região pantaneira se misturaram a uma frente fria e escureceram o céu, numa insólita tarde paulistana. Ainda que literalmente vindo do céu, o aviso parece ter sido inócuo. No ano seguinte, o estado do Mato Grosso tornar-se manchete nacional, quando estudos revelaram que as queimadas em seu território aumentaram, nada mais nada menos, do que 530% (em relação ao ano anterior).

Numa tentativa de ensejar uma interpretação teórica desta natureza de contradição, envidamos um incipiente esforço de associação entre os conceitos de *metabolismo social* e *metabolismo ecossistêmico*. Visto que nossa relação metabólica com a natureza é regida pela acumulação capitalista, e, partindo do pressuposto de que esta se encontra sob a regência da esfera financeira, buscamos traçar os contornos da simbiose entre a eclosão de doenças infecciosas com potencial pandêmico e o avanço do capitalismo financeiro sobre o espaço rural brasileiro, onde, mais especificamente no que toca ao seu setor agropecuário, se aprofunda um padrão de especialização produtiva calcado na produção de proteína animal e na monocultura (notadamente da soja). Ao lançar mão de ideias que se articulam em torno dos pensamentos marxista e keynesiano, em contraste com um diagnóstico própria da Economia Ecológica, o texto sugere que se encontra na principal patologia da economia monetária, o amor pelo fazer dinheiro, a principal mola propulsora do surgimento de patógenos que ameaçam seriamente a humanidade. Em que pese o risco de enveredarmos por uma senda pavimentada por um ecletismo exacerbado e contraproducente, esperamos construir elementos de uma lente analítica profícua ao estudo de alguns imperativos da quadra histórica que atravessamos.

### **Metabolismos Social e Metabolismo Ecossistêmico**

Aos que integram a Economia Ecológica, dos quais Georgescu Roegen e Herman Daly provavelmente despontem como os mais reconhecidos, entre os responsáveis pelo estabelecimento da postura epistemológica central dessa corrente de pensamento, o problema do “Desenvolvimento Sustentável” se resume, praticamente, a uma questão de se encontrar a escala e a velocidade de reprodução ótimas ao sistema econômico, haja vista tanto a finitude daquilo que mais costumeiramente (ainda que passível de críticas) se entende por “recursos naturais”, quanto a capacidade de regeneração dos ecossistemas que ofertam tais recursos, ou insumos às atividades produtivas. Grosso modo, a Economia Ecológica se trata de um campo de pesquisa que estuda a interdependência e a coevolução dos sistemas econômicos com os ecossistemas. Justamente por isso, aqueles que se aglutinam em torno dessa perspectiva teórica defendem a necessidade de se compatibilizar a escala e a velocidade de reprodução do sistema produtivo com os limites biofísicos do planeta. Para tais pesquisadores, portanto, existem limites ao crescimento econômico.

Desse ponto de vista, Romeiro (2012) conclui que o “Desenvolvimento Sustentável” deve ser entendido como um processo de melhora no bem-estar humano com base numa produção material e

energética garantidora de conforto, porém, estabilizada num nível compatível com os limites termodinâmicos do planeta. O que implicaria num Estado Estacionário, em cujo crescimento do consumo como fator de emulação social cedesse lugar a outro tipo de crescimento: cultural, psicológico e espiritual. Isto, mediante um processo no qual tomasse lugar a melhora permanente nas condições necessárias para a realização plena da capacidade que as pessoas têm de florescer, portanto, nos parece, numa perspectiva muito próxima daquela de Amartya Sen (2000), a respeito do Desenvolvimento.

Já Daly (1990), em um texto seminal, argumenta que os conceitos de “Desenvolvimento Sustentável” e “Crescimento Sustentável” tem se tornado muito próximos e – talvez por isso – um tanto vagos, ao passo que crescera a tendência por tratá-los enquanto sinônimos (ainda não o sejam). Como não poderia deixar de ser, o primeiro passo para diferenciar os binômios é distinguir “crescimento” de “desenvolvimento”. Portanto, ainda que aqui o façamos de forma demasiadamente sumária, talvez seja útil rememorar que enquanto o primeiro diz respeito a uma mudança quantitativa, o outro remete a uma mudança qualitativa nas esferas constitutivas de determinada formação social. Nesses termos, uma formação social pode: (i) crescer sem se desenvolver, (ii) se desenvolver sem crescer, (iii) crescer e se desenvolver ou (iv) não se desenvolver e, tampouco, crescer. Desenvolvimento (sustentável) e crescimento (sustentável) são, por conseguinte, conceitos diferentes para designar mudanças de naturezas distintas no que toca à dinâmica de movimento de determinada formação social ou de determinado modo de produção. Mas, cabe ainda reforçar uma questão: uma formação social pode, de fato, se desenvolver sem crescer?

De acordo com Daly (ibid.), sim. É o que acontece quando se melhora o padrão de bem-estar da maioria de seus integrantes, mesmo sem aumentar a quantidade de bens e serviços (ou mercadorias) que é capaz de produzir: a partir da redistribuição da riqueza, por exemplo. Ademais, desde que um sistema econômico qualquer seja um subsistema de um sistema maior que o contém, global e finito, o seu crescimento deve apresentar limites biofísicos ao menos (conforme já salientado). Daí que, mesmo que se reconheça a importância do crescimento econômico para alcançar patamares mais elevados de complexidade socioeconômica e bem-estar material, uma economia não pode crescer infinitamente, pois, no limite, depende dos “recursos naturais”, a rigor, finitos. No fundo desse raciocínio, repercute o fato de que tais “recursos” e os “recursos produzidos pela humanidade” não podem ser tratados enquanto substitutos perfeitos, mas como complementares, visto que não jogam o mesmo papel no processo de transformação. De maneira geral, os “recursos produzidos pelo homem” são utilizados como ferramentas nos processos de transformação dos “recursos naturais”. Portanto, exercem funções distintas nas chamadas funções de produção (DALY, 1990).

Além disso, não podemos deixar de considerar que a tendência do capital em aumentar a sua velocidade de rotação também cobra sua – nada desprezível – parcela, no que toca ao consumo

produtivo dos “recursos naturais”. Nesse sentido, duas considerações merecem atenção, de acordo com pensamento de Herman Daly (ibid.). Primeiro, que a taxa de coleta, ou de extração de recursos renováveis, deve ser igual à taxa de regeneração dos ecossistemas que fornecem estes recursos. Em segundo lugar, que a taxa de emissão de resíduos (dejetos) provenientes dos processos de transformação deve ser igual à taxa de assimilação da natureza. Logo, para Daly (ibid.), há de se compatibilizar a escala e a velocidade de reprodução do sistema produtivo com os limites biofísicos do planeta. Contudo, o que se tem notado cada vez mais nos espaços rurais é justamente o contrário: em vez de se compatibilizar a velocidade dos diferentes sistemas produtivos geograficamente localizados aos limites colocados pelos ecossistemas em que estão assentados, tomam lugar diversas inovações que visam acelerar o ritmo da natureza para responder à necessidade da acumulação de capital. O pacote tecnológico típico da Revolução Verde (organismos geneticamente modificados, inovações mecânicas e agrotóxicos) é emblemático nesse sentido, pois, via de regra, busca acelerar os processos biológicos para aumentar a velocidade de rotação dos capitais aplicados nas atividades agropecuárias – conforme muito bem demonstrado por Graziano da Silva (1981, 1996, 1999).

Nessa linha, os problemas ditos “ambientais”, não são, no fundo, problemas do “meio ambiente”, mas entraves, fricções, contradições derivadas da lógica da acumulação, ao não conseguir compatibilizar-se com o tempo intrínseco da natureza. E é justamente diante dessa natureza de contradição que julgamos útil o resgate do conceito de *metabolismo social*. Cunhado inicialmente por Karl Marx, e desenvolvido por diversos autores, o conceito reflete os desdobramentos da relação sociedade/natureza, especialmente no que diz respeito aos fluxos de matéria e energia que se estabelecem entre a biosfera e a economia. Em outros termos, trata-se da relação metabólica entre as condições naturais de produção e o sistema que as transforma, o sistema produtivo, aquele que deve responder pela reprodução material da sociedade.

Nessa linha, vale observar pelo menos dois aspectos centrais. Primeiro, que a plena apreensão do significado do conceito de metabolismo social requer a sua interpretação nos marcos de uma concepção materialista. Interpretar o metabolismo social no quadro de uma abordagem metodológica materialista (e histórica) resulta, com efeito, do fato de se tratar de um instrumento analítico que visa colocar sob reflexão – *post festum* – manifestações concretas de uma realidade não menos concreta (a relação sociedade-natureza). Em segundo lugar, o fato desta realidade concreta, embora totalidade indivisível, funcionar a partir dos movimentos próprios – porém articulados – de suas partes: a esfera produtiva da sociedade e a biosfera. Dois sistemas complexos indissociáveis, mas que podem apresentar ritmos mais ou menos consonantes ou dissonantes entre si. Cumpre observar, no entanto, que em certos estágios da complexificação do modo de vida, a dissonância entre as partes pode causar tamanha desarticulação, que acaba por atribuir ao desenvolvimento econômico um certo caráter autofágico, na medida em que lhe transforma num processo que se alimenta predatoriamente de seu

próprio substrato. Neste caso, quanto maior a dissonância ou disjunção entre as partes, maior aquilo que Marx chamou de “falha metabólica” e, neste sentido, também maior a “fome autodestrutiva” do sistema produtivo. Além disso, vale atentar que tal apetite por autodestruição geralmente é alimentado em dois pratos, ou melhor, manifesto em dois aspectos da relação metabólica da sociedade com a natureza. Em um deles, a velocidade de consumo de matéria e energia por parte do sistema produtivo supera a velocidade de regeneração do sistema que lhe fornece tais elementos. Em outro, a escala de dejetos da produção ultrapassa a capacidade que os diferentes ecossistemas possuem de assimilá-los. Estas são, a rigor, as principais vias pelas quais um sistema ecológico pode rumar à desorganização de sua estrutura e, com isto, ter sua mecânica alterada e/ou comprometida em virtude de ações humanas, conforme colocado por Daily (1990).

É neste quadro que a Economia Ecológica costuma falar em *metabolismo ecossistêmico*, ou seja, no funcionamento próprio de um determinado ecossistema, de cuja interação dos elementos que compõem sua estrutura resultam uma série de *funções ecossistêmicas*, tais como a ciclagem de nutrientes do solo, as regulações do clima e do ciclo da água, o sequestro de carbono da atmosfera, dentre outras. Além disso, sempre que uma função ecossistêmica puder satisfazer direta ou indiretamente alguma necessidade humana, ela passa a ser considerada também um *serviço ecossistêmico*, a exemplo da formação do solo no caso das atividades agrícolas (Daily, 1997). Vale observar também que é bastante ampla a diversidade de necessidades humanas que os serviços ecossistêmicos concorrem ao atendimento, justamente o que faz com que não sejam, todos, passíveis de classificação sob uma mesma categoria, mas geralmente a partir de um quarteto: *serviços de provisão* – alimentos, água, madeira para combustível, fibras, recursos genéticos; *serviços de regulação* – regulação climática, regulação de doenças, regulação e purificação de água, regulação de danos naturais, polinização; *serviços de cultura* – ecoturismo e recreação, espiritual e religioso, estético e inspiração, educacional, senso de localização e herança cultural; *serviços de suporte* – formação do solo, produção de oxigênio, ciclagem de nutrientes e produção primária.

Assim, um metabolismo social minimamente “saudável” seria aquele que não causasse uma alteração (dis)funcional no ecossistema que lhe serve de substrato, pelo menos ao ponto de inviabilizar o fornecimento de serviços ecossistêmicos essenciais à reprodução da formação social em questão. Nesses termos, a sustentabilidade do desenvolvimento pode ser interpretada como uma questão de tempo complexo, ou seja, de se harmonizar o ritmo, a velocidade do sistema produtivo, com o ritmo de regeneração dos ecossistemas. O que implica restringir tanto a escala quanto a velocidade de reprodução do sistema econômico, de forma a manter-se seu funcionamento dentro dos *fatores limitantes* colocados pela natureza, assegurando-se que o metabolismo ecossistêmico funcione sem sobressaltos que ameacem a reprodução dos seres humanos.

Vale lembrar, contudo, que o século passado foi um período de profundas mudanças ecológicas, com dramáticas reduções na biodiversidade dos diferentes ecossistemas que compõem a biosfera. Em recente relatório, a FAO (2020) revela que, desde 1990, cerca de 420 milhões de hectares de florestas foram perdidos em vista da reconversão do solo para outras atividades. Descontado o reflorestamento, a superfície florestal mundial decresceu, em média, 4,7 milhões de hectares por ano desde 2010. E a devastação ecossistêmica, ao passo que altera a estrutura da biosfera, traz consigo um conjunto cada vez maior de doenças infecciosas, cujos exemplos abundam nos últimos anos: Ebola, Gripe Aviária, a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), o Vírus Nipah, a Febre do Vale Rift, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), a Febre do Nilo Ocidental, o vírus Zika (UNEP, 2016).

De acordo com Marques (2018, p. 134), a destruição das florestas brasileiras responde a uma ampla coalização do capital internacional com o que ele chama de “setores poderosos da sociedade brasileira”, dos quais destaca, dentre outros: as madeireiras, os frigoríficos e as empresas da soja e da pecuária. A expansão da fronteira agropecuária começa com a abertura das florestas pelos negociantes de madeira (os madeireiros), passa pelos negociantes de carne e couro (os pecuaristas) e se estende aos negociantes de *commodities* agrícolas, como a soja, ou minerais, como o minério de ferro, mas também a negociantes de valor fictício, como fundos de pensão que, ao diversificarem seus portfólios, buscam ganhar com a especulação fundiária.

### **Financeirização do espaço rural no Brasil**

Como destacado por alguns autores (PAULANI, 1998; BRETAS, 2020), o processo de privatizações e liberalizações econômico-financeiras iniciado nos anos 1990 teve papel fundamental na consolidação de uma nova estrutura de capital no Brasil. Em um contexto de abertura econômica abrupta, elevadas taxas de juros combinadas a taxas de lucro menores do que as da década anterior, ademais da apreciação artificial da moeda, o país experimentara uma acentuada queda na formação bruta de capital fixo (FBCF). Tamanho desestímulo ao investimento produtivo precipitara dramática onda de reprimarização e precarização do trabalho sobre a economia brasileira.

Tal como a violência típica da acumulação primitiva que requebra no espaço rural, este movimento não deixa de ser retrocedente também pela reversão que impõe à economia de maneira geral. A reprimarização aprofundara a dependência comercial, tecnológica e financeira, além de implicar alterações na estrutura de poder (de classe). Basta ver que, ao início do primeiro Governo Lula (2003-2006), cerca de 80% do excedente produtivo nacional já se concentrava nas mãos do agronegócio e do setor financeiro, segundo levantamento feito por Teixeira e Pinto (2012).

Esse quadro permite o destaque de um ponto importante: o desenvolvimento é alastrante no tempo, mas é através do espaço, bem como dos territórios que atravessa enquanto fluxo de poder,

energia, matéria e informação (SANTOS 1994, MOORE, 2020; MALHEIRO et al 2021) que ele se concretiza e manifesta sua essência. No que diz respeito ao espaço rural brasileiro, em sua etapa de capitalismo financeirizado, a reorganização dos fluxos de matéria e energia intercorre a partir de uma simbiose que parece conferir não apenas o eixo ontogênico, mas a mola mestra do capital financeiro no Brasil: as parcelas do excedente apropriadas pelas finanças e pelo agronegócio evoluem associadas ao aprofundamento na produção de *commodities* agrícolas e minerais. Essa dominância do setor primário essencialmente *neoextrativista* em conjunto às altas finanças se manifesta na composição do Índice Bovespa, cuja participação somada de ambos é de 60%.

Tabela 1 – Peso por empresa dos setores escolhidos na composição do Índice Bovespa

Código	Ação	Part. (%)	Código	Ação	Part. (%)
ITUB4	ITAUUNIBANCO	6,751	VALE3	VALE	11,295
BBDC4	BRADESCO	4,581	PETR4	PETROBRAS	5,875
B3SA3	B3	3,912	PETR3	PETROBRAS	4,782
ITSA4	ITAUSA	2,367	SUZB3	SUZANO S.A.	2,093
BBAS3	BRASIL	1,806	JBSS3	JBS	2,038
BPAC11	BTGP BANCO	1,369	GGBR4	GERDAU	1,326
BBDC3	BRADESCO	1,155	CSAN3	COSAN	1,213
BIDI11	BANCO INTER	0,855	KLBN11	KLABIN S/A	1,139
SANB11	SANTANDER BR	0,681	CSNA3	SID NACIONAL	1,099
BRAP4	BRADESPAR	0,659	BRFS3	BRF SA	0,896
BBSE3	BBSEGURIDADE	0,617	PRI03	PETRORIO	0,682
SULA11	SUL AMERICA	0,39	USIM5	USIMINAS	0,416
			GOAU4	GERDAU MET	0,415
			MRF3	MARFRIG	0,362
Peso Total do SF		25,143	Peso Total do SC		33,631

Fonte: B3; Dados de acordo com a ponderação vigente no dia 27 de Agosto de 2021. SF=Setor Financeiro; SC=Setor de Commodities

Abaixo, a Figura 1 mostra uma correlação entre o ciclo internacional de *commodities* – *Goldman Sachs Commodity Index* (GSCI) – e o comportamento do Índice Bovespa dolarizado (EWZ) e negociado através de um ETF (*Exchange-Traded Fund*), um fundo com quotas negociáveis no mercado.

Figura 1: Índice Internacional de Commodities x Índice Bovespa Dolarizado (2000-2020)



Fonte: Investing.com; Elaboração autores

Como o índice Bovespa reflete a taxa média de lucro das empresas nacionais no longo prazo, o movimento confirma a consagração da dependência da economia nacional em relação a exportação de natureza barata (MOORE, 2020) na forma de excedentes de valores, matéria e energia, via *Consenso de Commodities* (SVAMPA, 2019). Aos nossos olhos, estaria na desaceleração do ritmo de acumulação desse padrão de reprodução do capital (OSÓRIO, 2013), um indicativo do porquê, em fevereiro de 2021 o Senado Federal aprovou lei que cria, no Brasil, os Fundos de Investimentos do Agronegócio (Fiagro). Em linhas mais gerais, isto significa a extensão das regras dos Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) para o espaço rural brasileiro. Os fundos de investimento em imóveis urbanos são compostos por duas classes de ativos principais: os imóveis propriamente ditos, que incluem salas comerciais, pavilhões industriais, centros logísticos e afins; e os títulos de dívida privada, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). A nova lei aprovada pelo Senado permite então que os Fiagro sejam compostos de ativos afins aqueles dos FII: no lado imobiliário, poderão contar com terras de plantio, estruturas de armazenamento de grãos e centros logísticos vinculados ao Agronegócio; na ponta mobiliária, os títulos de dívida que poderão compor os Fiagro são as Letras de Crédito Agrícola (LCA) e os Certificados de Recebíveis Agrícolas. É importante destacar que assim como os FII, os Fiagro não precisam ser, necessariamente, compostos de um ou outro tipo de ativo, podendo, então, em sua estrutura, contar com imóveis e títulos mobiliários.

Uma característica marcante dos FII, e que se estende aos Fiagro, é sua existência na forma de ETFs (*Exchange-Traded Funds*), isto é: o investidor individual, possuidor de uma cota de determinado fundo, que corresponde a uma parcela do imóvel existente pode, a qualquer momento,

se desfazer dessa cota no mercado secundário. Ou seja, vendê-la a outro interessado pelo preço entre eles acordado (que no geral será o preço de mercado do dia). Essa transferência de propriedade se dá, no geral, a partir das diferentes expectativas de lucratividade quanto aquele ativo financeiro. A remuneração dos FII não é atribuída no campo unicamente especulativo (que seria a compra de um ativo com o intuito de vendê-lo mais caro no futuro), mas ela conta com os recebíveis mensais (*yields*) que correspondem aos valores recebidos com o aluguel dos imóveis que é repassado, depois de abatidos os custos de gestão e administração, proporcionalmente aos cotistas, que são isentos de Imposto de Renda sobre os *yields* recebidos. Assim como os FII, os Fiagro contarão com vantagens tributárias aos seus participantes.

Apesar de ser um mercado novo no Brasil, que conta com apenas um grande fundo instituído, o Terrax (RZTR11) [gerido pela Riza Asset Management e distribuído pela maior corretora de valores mobiliários do país, a XP investimentos, lançado público em outubro de 2020 e que captou R\$750 milhões], além de um fundo a ser lançado no final de junho de 2021 pelo Banco BTG Pactual, que pretende captar R\$ 650 milhões, essa modalidade de investimentos já está bastante consolidada no mercado estadunidense. Entretanto, apesar dessa modalidade de investimento direto em terras agriculturáveis ser nova, até em virtude da legislação que não previa tal forma de investimentos, há outras modalidades com que investidores individuais e institucionais participam do mercado agrário brasileiro, como através da propriedade de empresas produtoras de proteínas animais, como a JBS e a Brasil Foods, ou empresas produtoras de *commodities* e gestão de terras agricultáveis, como a SLC Agrícola e a Brasil Agro. As principais empresas ligadas a produção de *commodities* e gestão de terras encontram-se listadas na Tabela 1. A tabela não lista a Cosan, que junto à Shell possui a propriedade da Raízen, uma das maiores produtoras de cana de açúcar do país. Mais ainda, a Raízen é, como a própria Cosan, uma espécie de  *Holding*, detendo assim participações em outras empresas, tais quais a Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (do qual a Raízen detém 19%), focada no aumento da produtividade do setor através do melhoramento genético e de soluções industriais.

Empresa	Ticker	Ramo Principal	Hectares sob gestão	Valor de Mercado (em R\$bi a 02/jun/21)
Brasil Agro	AGRO3	Desenvolvimento de Terras Agriculturáveis	184mil	3,4
SLC Agrícola	SLCE3	Algodão, Soja e Milho	448mil	9,8
Terra Santa Agro	TESA3	Algodão, Soja e Milho	133mil	1

São Martinho	SMT03	Álcool e Açúcar	350mil	12,6
Biosev	BSEV3	Álcool e Açúcar	280mil	9,1

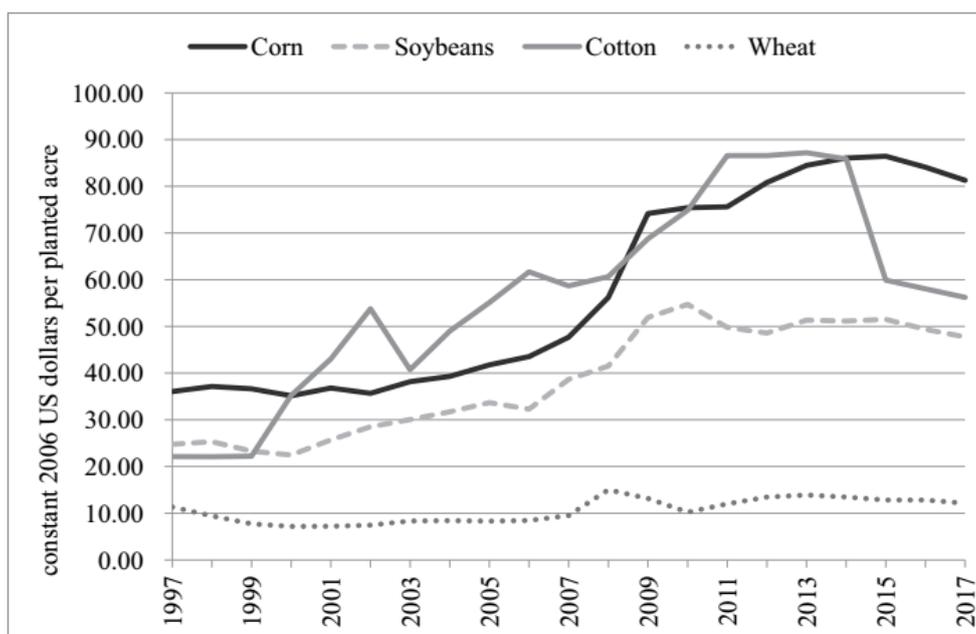
**Tabela 2 – Empresas Listadas na B3 produtoras de commodities agrícolas e gestoras de terras agriculturáveis**

Fonte: Relação com Investidores das Empresas Listadas e B3. Elaboração dos autores

Como é possível perceber, as empresas ligadas ao agro listadas na B3 estão fortemente vinculadas à monocultura. Esse vínculo fora profundamente analisado por Clapp (2020) ao debruçar-se sobre a financeirização do agronegócio em âmbito global. Benbrook (2016) e Garnet (2013) serão taxativos quanto à vinculação entre a monocultura e fenômenos deletérios, como o maior uso de combustíveis fósseis, perda de biodiversidade, escassez de água e utilização de produtos químicos (agrotóxicos), enquanto Clapp (2020) demonstrará a ligação entre a financeirização do setor agrário e a monocultura.

Em âmbito global, a concentração dos setores vinculados ao agronegócio tem crescido, sobretudo, a partir do boom das *commodities* de 2005. Em alguns setores específicos, como as sementes e os defensivos agrícolas, as *big-six* (Monsanto, Bayer, Dow, Dupont, Sygenta e Basf) controlam uma parcela superior a 75% do mercado. Mais grave, a partir das fusões ocorridas na última década, entre Bayer-Monsanto, Dow-Dupont e ChemChina-Sygenta, cada um dos setores passou a possuir seu *big-three*, atingindo uma média de 60% de *market-share*. No setor de sementes, as três empresas oriundas das fusões listadas abocanham 62% do mercado global, enquanto no setor de defensivos agrícolas, com a BASF no lugar da DowDupont, as *big-three* possuem 59% do mercado. Ao que os dados indicam, a concentração da produção de determinada semente possui efeito sobre a evolução do preço da mesma (o que obviamente interfere no preço do grão). Como pode ser observado na Figura 1, enquanto os preços das sementes do milho, algodão e soja (altamente concentrados) apresentaram evolução expressiva, o preço das sementes de trigo (produção mais difusa) não seguiu a mesma tendência. Apesar da dificuldade em isolar o impacto da concentração produtiva no preço das *commodities*, Torshizi e Clapp (2018) estimaram que a concentração é responsável por aproximadamente 14% da elevação dos preços enquanto a propriedade comum (*common ownership*) que é quando o mesmo conjunto de empresas (no geral *assets* e bancos) é coproprietário das diferentes empresas de um setor, responde por 15% da elevação dos preços.

**Figura 1 – Custo das Sementes ajustado pela inflação em dólares**



Fonte: USDA; Elaboração: CLAPP (2020)

Outro fenômeno da financeirização do setor, e que ainda não pode ser detectado no Brasil com a mesma intensidade, é o da *common ownership*. Em uma tradução literal, estamos diante da propriedade comum, mas não aquela onde a propriedade privada passa a ser comum, mas sim onde diferentes empresas possuem donos comuns. Isto é, as grandes gestoras (Blackrock, Vanguard, State Street, Capital Group e Fidelity), que administram fundos de investimento não negociáveis e ETFs (modalidade na qual se inserem os dois Fiagro citados acima), são proprietários comuns das grandes empresas ligadas ao setor de alimentos. Na DuPont, por exemplo, as 5 gestoras detinham, em 2016, o equivalente a 33% das ações (CLAPP, 2020).

Nas empresas da Tabela 1 o fenômeno da *common ownership* não aparece. Todavia, acreditamos que a expansão dos Fiagro pode introduzir tal fenômeno ao espaço rural brasileiro. Isso porque, grandes bancos de investimentos como o BTG Pactual, ou uma grande corretora como a XP, não possuem grandes dificuldades em captar valores próximos ao bilhão de reais, como nos exemplos do Fundo Terrax (R\$750mi) e do novo fundo do BTG (R\$650mi). O avanço do setor financeiro sobre o agronegócio, nesses novos moldes, pode introduzir no mercado de terras brasileiras a *common ownership*, como já ocorre, por exemplo, na comercialização de grãos, onde as *Tradings* (mercadoras), como as ABCD (ADM, Bunge, Cargil e Louis Dreyfus) e a COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuff Corporation) dominam ~70% da comercialização do grão no país<sup>3</sup>. Se em 2006 as ABCD eram dominantes no mercado, com cerca de 62% de *market share*, em 2015 as tradings asiáticas, com destaque a COFCO, embarcaram 45% dos grãos exportados pelo Brasil frente

<sup>3</sup> COSTA; SANTANA (2014), e ESCHER; WILKINSON (2019)

a 37% das ABCD. Percebe-se que, não apenas a participação asiática vem crescendo ao longo do tempo, mas também a concentração do mercado de grãos.

Nossa aposta na possibilidade da common ownership ao mercado de terras brasileiras está apoiada em dois principais vetores: a) a já existente concentração no mercado financeiro brasileiro; b) a relativa facilidade demonstrada para essas primeiras captações dos Fiagro (que já totalizam R\$1.4bilhão). Em termos de hectares, os dois Fiagro existentes (sendo o do BTG ainda em período de IPO<sup>4</sup>) ainda representam uma área ainda incipiente, sendo o Terrax com 27 mil hectares, já que metade do valor captado pelo fundo ainda não foi investido em terras e encontra-se em títulos da dívida pública; enquanto o novo fundo do BTG, pretende investir a quase totalidade do valor captado (R\$650mi) em terras agriculturáveis, o tamanho das fazendas prospectadas, que se distribuem nos Estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, não estão informadas no prospecto, mas estimamos<sup>5</sup> que seja de aproximadamente 32 mil hectares.

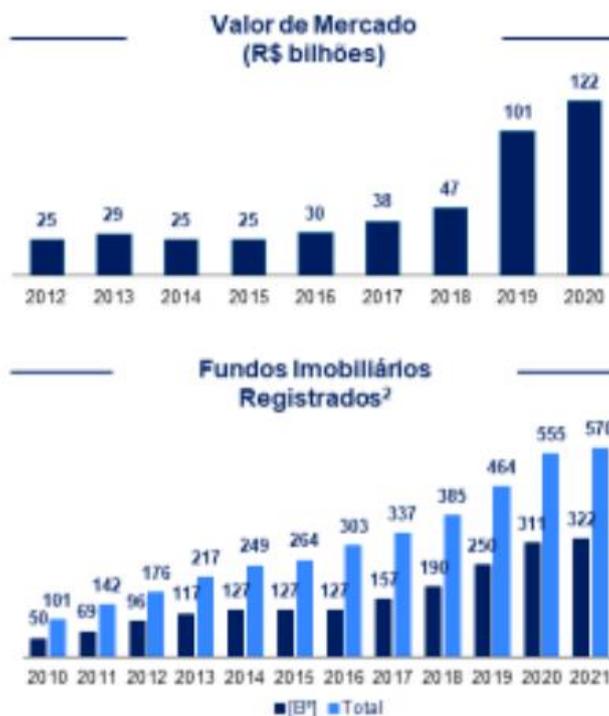
Dessa forma, temos ~R\$60 mil hectares sob o domínio desses novos veículos de investimento que, lembre-se, eram não regulamentados até o início de 2021. Para que o leitor compreenda a possibilidade de expansão dessa forma de investimento agrário, destacamos que a indústria de fundos imobiliários tinha em 2020 um valor de mercado de 122 bilhões de reais com 555 fundos consolidados (média de R\$ 220mi/fundo). Apenas no ano de 2020, no qual os mercados foram afetados pela pandemia do SARS-Cov2, foram lançados 93 fundos imobiliários. Em uma tentativa de demonstrar ao leitor o quanto isso representa, apenas esses dois fundos descritos aqui equivalem ao tamanho da cidade de Salvador na Bahia, onde vivem mais de dois milhões de pessoas. Se somarmos esses 60mil hectares aos 1,3 milhões de hectares em posse das cinco empresas listadas na Tabela 1, temos uma área de 19mil km<sup>2</sup>, equivalente ao Estado do Sergipe.

## **Figura 2 – Evolução da Indústria de Fundos Imobiliários no Brasil**

---

<sup>4</sup> Initial Public Offer

<sup>5</sup> A um custo médio de R\$ 20mil o metro quadrado.



Fonte: BTG Pactual; Obs: Os fundos em azul escuro representam aqueles negociados na B3, a bolsa brasileira

Para além das grandes áreas, a financeirização da agricultura envolve o controle da cadeia de produção agrária pelo setor. O fundo BTG Agro Logística (BTAL11), por exemplo, controla um Complexo Industrial de sementes no Paraná, um Terminal Portuário no Espírito Santo, um Terminal Intermodal nas Minas Gerais, quatro Centros de Recebimento e Armazenamento no Paraná, um Armazém Refrigerado em Goiás, um Armazém Graneleiro em Mato Grosso, além de Certificado de Recebíveis voltados a construção de uma usina de etanol na Bahia e de um terminal de transportes em Goiás. Esses ativos, de forma conjunta, conferem ao fundo um valor patrimonial de R\$600mi. Uma certa descontinuidade espacial e distribuição no espaço geográfico de diferentes estados brasileiros é também uma característica dos Fiagro, embora tenhamos constatado uma concentração maior de terras no Estado do Mato Grosso, notadamente um dos mais atingidos por queimadas.

Tabela 3 – Distribuição de Terras RZTR11

Propriedade	Áreas de Propriedade			Operação de Aquisição			Operação de Arrendamento			
	Localização	Área Total	Área de Plantio	Culturas	Tese de Investimento	Valor Total R\$ MM	Valor por Hectare R\$ Mil	Opção de Compra	Arrendatário	Prazo de Arrendamento
1	Bom Jesus - PI	12.272 hectares	7.860 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Buy to Lease	122,4	9,9	Sim	Grupo Fritzen	15 Anos
2	Serranópolis - GO	2.304 hectares	1.557 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Sale & Leaseback	51,8	22,4	Sim	Valter Miguel Giacomini	10 Anos
3	Sorriso - MT	2.522 hectares	2.077 hectares	Canas-de-açúcar, Soja e Milho	Sale & Leaseback	70	27,7	Sim	Agropecuária Poranga	10 Anos
4	Nova Ubiratã - MT	2.084 hectares	1.626 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Sale & Leaseback	58	27,8	Sim	Grupo Lermen	13 anos
5	Sorriso - MT	2.414 hectares	1.592 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Sale & Leaseback	50	20,7	Sim	Grupo Führ	10 anos
6	Buritcupu - MA	1.527 hectares	1.523 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Buy to Lease	40,1	26,2	Sim	Scheffer	10 anos
7	São José do Xingu - MT	3.354 hectares	2.368 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Sale & Leaseback	58,6	17,4	Sim	Cereal Ouro	10 anos
8	Rio Verde - GO	728 hectares	621 hectares	Soja, Milho, Sorgo e Feijão	Sale & Leaseback	5,5	7,6	Sim	Cereal Ouro	10 anos
9	Rio Verde - GO	775 hectares	663 hectares	Soja, Milho, Sorgo e Feijão	Sale & Leaseback	24,3	31,3	Sim	Grupo São Tomaz Übere	10 anos
10	Formosa do Rio Preto - BA	7.223 hectares	3.349 hectares	Soja, Milho e Sorgo	Land Equity	70,6	9,8	Não	Agropecuária	3 anos

Fonte e Elaboração: Relatório de Gestão Riza Terrax Maio/21

Tabela 4: Provável distribuição de terras novo fundo BTG

	Ativo	Região	Tipo	Status <sup>(1)</sup>	Cap rate médio	Volume <sup>(2)</sup> R\$ mm
1	Grupo produtor de soja e milho	Mato Grosso - MT	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	10,0%	R\$ 54.984.508,00
2	Grupo produtor de soja e milho	Bahia - BH	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	9,9%	R\$ 36.289.776,00
3	Grupo produtor de soja e milho	Mato Grosso - MT	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	10,2%	R\$ 49.486.058,00
4	Grupo produtor de soja, milho e algodão	Mato Grosso - MT	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	10,2%	R\$ 299.621.641,00
5	Grupo produtor de soja, milho, eucalipto, seringueira e pecuarista	Paraná - PR e Mato Grosso do Sul - MS	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	10,0%	R\$ 27.492.254 ,00
6	Revenda de insumos	Mato Grosso - MT	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	10,0%	R\$ 115.467.468,00
7	Grupo produtor de soja e milho	Mato Grosso - MT	Fazenda Rurais	Contrato em negociação	10,5%	R\$ 27.492.254,00
8	Fazenda urbana	São Paulo - SP	Fazenda Urbanas	Contrato em negociação	12,5%	R\$ 38.489.156 ,00

Fonte e Elaboração: Prospecto Preliminar BTG Terras Agrícolas

Apoiados nesses dados, nos parece bastante claro o avanço das finanças sobre o setor agrário. Os proprietários das cotas desses fundos de investimento, além de diversos entre si, não têm rosto, e nem qualquer ligação com as regiões impactadas pelos fundos dos quais são sócios, a preocupação exclusiva é com a proporção dos recebíveis mensais (*yeld*) pago ao final de cada exercício contábil.

## **(Quase um) Manifesto por uma economia ecológica a serviço da ética ambiental**

Um estudo da história das ideias é uma preliminar necessária para a emancipação do espírito. Não sei o que torna o homem mais conservador: conhecer apenas o presente, ou apenas o passado. (Keynes, 1926)

Cerca de um ano antes do estouro da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no dia 26 de agosto de 1938, em Paris, o Congresso Walter Lippman reúne um conjunto de destacadas inteligências com a missão de encontrar soluções ao insucesso de seus dogmas liberais. Afinal, as políticas econômicas do liberalismo assentado no *laissez-faire* dogmático, combinadas com a corrida imperialista por parte das grandes potências da – bela – época, não apenas faziam água, como já haviam conduzido as sociedades capitalistas a uma guerra mundial (1914) e a uma profunda depressão econômica (1929). Paralelamente, a mais um ato da tragédia socioeconômica que o liberalismo engendrava e que concorria no continente europeu à escalada de forças totalitárias, ganhavam corpo as ideias de John Maynard Keynes, que via justamente no Estado, enquanto motor de novos investimentos e agente de distribuição de renda, a tábua de salvação capaz de evitar o avanço da pobreza e de recuperar economias capitalistas imergidas na depressão econômica. Como se sabe, àquele momento não houve tempo suficiente para que as ideias keynesianas fossem colocadas em prática, tampouco para se reformar o liberalismo dogmático, como pretendiam seus defensores de proa. As forças nefastas do nazismo e do fascismo conduziram o mundo ao drama da Segunda Guerra Mundial e aos horrores indizíveis do holocausto.

Contudo, passado o terror, foram as ideias de Keynes, as que embasaram as políticas econômicas do Estado de bem-estar social, conduzindo o capitalismo aos seus “anos dourados”. Do pós-Segunda Guerra até meados dos anos 1970, o sistema capitalista experimentou seus melhores resultados. Quiçá ameaçado pela possibilidade concreta de um modelo alternativo, não apenas existente, mas igualmente em expansão, durante os “trinta gloriosos” o sistema capitalista fora impulsionado pela ação decisiva dos Estados, que conformaram, grosso modo através de pactos tripartites (patronato, sindicatos e governos), os arranjos sociais-democratas de repasses de ganhos de produtividade aos salários e, com isso, garantias de renda, demanda e massas de lucro crescentes. Arranjo que estimulava os investimentos produtivos e o emprego através de um modelo de produção e circulação em massa de mercadorias, que, em conjunto com a reconstrução do aparato produtivo na Europa devastada pela Segunda Guerra, engendrou um círculo virtuoso de três décadas de crescimento econômico acelerado, com alguma distribuição de renda nas principais economias. Entretanto, na surdina do regime de acumulação fordista com regulação keynesiana, os defensores da ideia de “Estado mínimo” deram seguimento à tarefa iniciada em 1938, de refundar as bases teóricas do liberalismo. Assim, como uma força dormente, seus arautos espreitaram vigilantemente o

momento oportuno de se reerguer, que sobreveio justamente com a crise do capitalismo mundial, em meados dos anos 1970. Ante a patinada das economias capitalistas em meio a choques do petróleo, voltaram a ressonar com vigor as trombetas dogmáticas do *laissez-faire*, que não titubearam em anunciar o culpado pela nova crise mundial do sistema capitalista (em estagflação): o Estado de bem-estar social, que onerava demasiadamente a sociedade com suas políticas redistributivas e seu sistema de garantias sociais, ao passo que desincentivava o trabalho e incentivava a preguiça na classe trabalhadora.

Renascido do ostracismo em que havia mergulhado, o liberalismo voltava à carga, renovado e disposto ao ataque impiedoso contra seu adversário, agora, praticamente, transformado em inimigo público número um. O Estado-providência tornara-se o mal a ser combatido sem tréguas. No combate, um dos golpes mais contundentes da reinvestida liberal veio sob a forma de discurso, que assumiu desde muito cedo ares de mantra ideológico, à medida que ecoava uma espécie de sacralização do mercado e demonização do Estado. A ascensão de Volcker, Thatcher e Reagan ao poder não trouxe à cena (ou ao campo de batalha) apenas a diplomacia do dólar forte e um impulso decisivo à mundialização financeira, a partir das reformas estruturantes (leia-se neoliberais), recomendadas pelo Consenso de Washington e impostas por organizações “multilaterais”, como o Fundo Monetário Internacional e o Bando Mundial. Instituições que embora carregassem as digitais keynesianas em seu DNA, a rigor, estavam sob a tutela da nova potência hegemônica estabelecida, os Estados Unidos da América. Em última instância subjugada aos interesses do *Tio Sam*, a “virada conservadora”, que partiu do sistema nervoso central do capitalismo, também apelou fortemente para um discurso normativo, inapelável diziam seus asseclas, sob pena de obstruir-se o caminho natural do progresso. Assim, com base em diligente trabalho de propaganda, rapidamente seus *think tanks* difundiram um novo mapa cognitivo no imaginário não apenas de economistas, políticos e formuladores de políticas públicas, mas também, e talvez sobretudo, de pessoas vulneráveis, por vezes perdidas, muitas vezes sem emprego e carentes de um discurso que lhe explicasse o mundo em “mutação”, e, neste, a sua própria tragédia.

O mantra, exaustivamente repetido, dentre outros dogmas afirmava que não existia “almoço grátis” e que a pobreza era o justo castigo pela indolência, ou pela falta de iniciativa individual empreendedora. Despontava assim o neoliberalismo, distinto em profundidade e objetivos de uma mecânica continuação do velho liberalismo, terreno este onde tampouco havia homogeneidade de ideias, visto a dinâmica do debate iniciado no Congresso Walter Lippman. De todo modo, o que nos interessa destacar é que, no fundo, o neoliberalismo avançara, e ainda avança para além de um receituário de política econômica ou de uma ideologia, como muitos costumam afirmar. Conforme apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo deve ser entendido como aquilo que de fato é: uma “nova razão de mundo”, um modelo de racionalidade que estende a lógica empresarial, mercantil e

concorrencial para todas as esferas da vida, tanto que logra criar um modelo de subjetividade, e, no limite, funda o “homem-empresa”, o “sujeito empresarial”, a partir de um conjunto de sanções, estímulos e comprometimentos com o fito de produzir funcionamentos psíquicos próprios, que, dizem seus defensores, devem ser sobretudo competitivos. O homem neoliberal é inteiramente imerso na competição. (ibid.)

É nessa perspectiva que o discurso neoliberal se reveste com ares morais. Uma retórica, tal qual mantra, a ressonar a sacralização do mercado, por excelência o lugar da virtude e da superioridade moral, em contraste com o Estado, apontando como o lugar da corrupção *per se*. Por debaixo desse discurso, flagrantemente sofismático, subjaz uma das características mais marcantes da peça de oratória neoliberal. Com base no pensamento da escola austro-americana, mas fundamentalmente pelo *script* do *Caminho da Servidão*, de Hayek, o mercado assume contornos diferentes daquele que lhe era próprio no velho liberalismo. Isto, pois, o seu centro de gravidade, ou melhor, a sua pedra angular é deslocada, arredada das trocas para a concorrência (DARDOT & LAVAL, 2016). Daí que, no constructo neoliberal, o ambiente de mercado deixa de se definir, primordialmente, como o lugar de intercâmbios mutuamente benéficos entre indivíduos formalmente iguais, mas como o lugar da competição por excelência, em cuja vitória dos mais – sobre os menos – preparados consagra a justiça social. Em assim sendo, não menos verdade está em reconhecer que esta mudança na forma de se apreender idealmente a dinâmica de mercado se torna decisiva em muitos aspectos, dentre os quais a transformação do próprio Estado capitalista, que, agora, longe de buscar a igualdade entre as pessoas através de políticas distributivas ou de assegurar direitos sociais básicos de cidadania, passa a ter como função primordial garantir as condições de concorrência, único caminho para se atingir a justiça social, proveniente da própria competição, estendida como norma comportamental exigida e exigível em todas as esferas da vida societária. Daí a natureza moral do neoliberalismo, apreendido enquanto modelo de racionalidade, forma de governamentalidade<sup>6</sup>, enfim, um sistema normativo “capaz de orientar a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso” (Dardot e Laval, 2016, p. 15).

Atualmente, tal qual ocorreu com o velho liberalismo na *belle époque*, o neoliberalismo claudicante também demonstra suas fragilidades. Mais do que isso, expõem de maneira inquestionável a inoperância de suas prescrições, ao naufragar no combate aos problemas socioeconômicos candentes que prometera equacionar, como a falta de geração de postos de trabalho

---

<sup>6</sup> Em Foucault (2004), o conceito de governamentalidade aparece como uma forma de governo não apenas dos homens, mas destes e das coisas, ou, dito de outra forma, da própria maneira de interpretação da natureza humana e de interação entre as pessoas e destas com tudo aquilo que as rodeia. De certo modo a ideia de governamentalidade reúne a ideia de governo dos homens (a biopolítica) à ideia de administração das coisas, conforme afirmam Dardot & Laval (2016).

dignos e o crescimento da pobreza, que soa cada vez mais escorçante, ante ao dramático aumento na desigualdade material, que faz com que o 1% mais rico da população mundial detenha mais riqueza do que 6,9 bilhões de pessoas – de acordo com a OXFAM. Como se já não bastasse o pífio desempenho da economia mundial antes da Sars-Cov-2 (excetuando-se a economia não neoliberal da China), parece por demais evidente que a crise deflagrada pela pandemia jogara luz sobre as incongruências retóricas do neoliberalismo, mas, sobretudo, na sua incapacidade de dar respostas eficazes a um problema social decisivo e que tomou lugar justamente sob os seus auspícios: a dramática crise sanitária atual, que além de ceifar milhares de vidas humanas, dia após dia, afunda as economias capitalistas numa depressão, para muitos, com tendência a ser ainda mais severa do que a de 1929. Chesnais (2020), por exemplo, recentemente traçara um paralelo entre ambas, e, de maneira muito objetiva, concluía que, em que pese suas diferenças, o que o período da *Grande Depressão* e o período do *Grande Confinamento* carregam em comum não é senão a “regressão histórica nacionalista”. Aos nossos olhos, um tipo de retrocesso que, combinado com governos que flertam abertamente com ideias de semblante marcadamente totalitário (para não dizer fascista), fazem soar o alarme que anuncia a aproximação de ameaças concretas aos pilares da democracia liberal, em especial à igualdade entre os sujeitos.

Assim, é contra o pano de fundo da reescalada de ideias de cariz darwinista social que, neste apartado, procuramos resgatar as ideias keynesianas de antes da *Teoria Geral*, que apostavam na ciência econômica não como um frio conjunto de interrelações abstratas, erigidas a partir de um individualismo metodológico sentenciosamente pedante, mas como uma ciência moral a serviço da ética. Afinal, como afirmara Corazza (2006), o liberalismo keynesiano está longe de ser um liberalismo ortodoxo, menos ainda, dogmático. Em claro contraponto a um liberalismo doutrinário, guiado pela filosofia do *laissez-faire*, Keynes poderia ser definido como um liberal progressista. Ao fim e ao cabo,

[o] ideário ético de Keynes buscava o bem intrínseco como expressão da igualdade de oportunidades para os indivíduos, pois acreditava no progresso moral contínuo dos indivíduos como parte integrante do desenvolvimento da civilização humana, não impondo finalidades últimas às sociedades, e sim oferecendo meios para que os indivíduos melhorassem sua própria existência. (Corazza, 2006, p.72)

Atualmente, está muito distante de um alarmismo afirmar que a civilização humana enfrenta um dos maiores desafios de sua existência. Afinal, as projeções sobre o aquecimento global são, não raras vezes, catastróficas (fazendo jus a epígrafe que resgatamos na introdução deste trabalho). Nessa linha, em boletim publicado pela Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Costa (2019) faz uma

advertência assustadora: “o aquecimento global pode ganhar vida própria”. Ou seja, o desequilíbrio sistêmico do Antropoceno – que não se limita ao clima – pode puxar o gatilho de um mecanismo que inaugura um caminho sem volta, caracterizado por uma profunda desarticulação no funcionamento do *Sistema Terra*, através da ação conjunta de efeitos oriundos do aquecimento global, que tendem a se retroalimentar. Na mesma linha, Marques (2018, p. 15) afirma que, na verdade, “a curva de relação custo ambiental/benefício econômico do capitalismo entrou irreversivelmente em fase negativa porque a conta ambiental do crescimento econômico vai-se tornando impagável não já para a próxima geração, mas para a geração de crianças e jovens de nossos dias”.

Nesses termos, parece inarredável assumir que a economia só pode, de fato, se tornar uma ciência moral, à medida que puder ser ecológica, quer dizer, sempre que levar em consideração os imperativos colocados pela biosfera. Portanto, no que toca ao devir histórico da humanidade, o imperativo categórico não é o crescimento econômico. Pelo contrário, quando se trata de um sistema cujo crescimento depende de recursos naturais finitos, o imperativo categórico, antes de ser dado pelas necessidades da forma social de se organizar o processo de trabalho (a acumulação), está dado pelos fatores limitantes colocados pelo sistema maior, em cujo sistema econômico está contido. Ou seja, o imperativo categórico está dado pela natureza, seus ecossistemas e os serviços por estes prestados à humanidade.<sup>7</sup> A ética é ambiental, obviamente, pois, nenhuma decisão individual pode ser justificada caso coloque em risco o bem comum, e não há ser humano que possa se considerar autônomo em relação à natureza, mas parte desta. Portanto, ao modificar a natureza, o homem modifica não apenas a sua própria natureza, mas corre o risco de inviabilizar a existência de sua própria espécie, caso destrua as distintas estruturas ecossistêmicas das quais depende. É por essa razão que, para estar a serviço da ética, a ciência econômica deve ser ecológica. O próprio Keynes (no *Tratado sobre a probabilidade*) foi taxativo ao afirmar que dada a dificuldade intrínseca de se calcular os efeitos mais longínquos de nossas ações, a perseguição de nosso bem individual só é racional caso exista uma razoável possibilidade de que estes atos, pelo menos, não diminuam o bem universal. Não havendo bem universal maior do que a própria vida, é esta que deve estar à frente da acumulação, não o contrário.

Não podemos esquecer que para Keynes o bem ético é um fim, o bem econômico não mais do que um meio. Além disso, as ideias liberais de Keynes não são ortodoxas e a essência de seu liberalismo consiste em adequar-se às circunstâncias mutáveis, adaptando seus princípios teóricos ao mundo real. A utopia do individualismo doutrinário legitima o direito de propriedade e a própria liberdade individual, mas falha em proteger a segurança coletiva. (Corazza, 2006, p.73)

---

<sup>7</sup> A este respeito sugerimos consultar o compêndio de artigos organizados por Fressato e Nóvoa (2020).

Lima e Cardoso (2006, p. 125), ao tratarem daquilo que Keynes entendia como uma patologia da economia monetária, o amor pelo fazer dinheiro, são contundentes ao afirmarem que,

sob a abordagem de Keynes, existe uma relação direta entre a ética e a desordem do mundo. Os sentidos de justiça e criatividade são derivados de uma virtude pessoal particular e muito do que pode parecer lógico pela perspectiva do racionalismo egoísta, pode levar a um desastre histórico [...]. Uma ação pode melhorar as possibilidades de alguém sob um ponto de vista egoísta, mas pode resultar numa situação pior quando se analisa sob a perspectiva da unidade orgânica, ou seja, da sociedade.

Para corroborar com esse argumento, preferimos deixar que ressoem as palavras do próprio Keynes (1978, p.120), pois,

não é verdade que os indivíduos possuem uma "liberdade natural" prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.

Se, ainda no *Fim do laissez-faire*, Keynes afirmou categoricamente que “os direitos individuais presumidos pelo contrato social, a nova ética, que não passava de um estudo científico das consequências do amor-próprio racional, colocavam o indivíduo no centro do mundo”, atualmente, não apenas os pensadores da Economia Ecológica, mas também, da Ecologia Política, do Ecosocialismo, da Ecologia Social ou mesmo da Economia Ambiental (vertente neoclássica para tratar das questões referentes ao meio natural) reconhecem que esta postura antropocêntrica fora peça fundamental na construção dos problemas ambientais que enfrentamos. Conforme Leff (2006.), a crise ambiental é, sobretudo, a de um modelo de racionalidade; uma forma de se interpretar a natureza calcada na convicção de que o homem é, de fato, capaz de dominá-la, de modificá-la a seu bel-prazer. Para o autor mexicano, o conhecimento produzido sob esta lógica, em vez de constituir um conjunto

de teorias e formas de organização do pensamento para o entendimento do mundo, passou a ser uma ordem conceitual orquestrada em um conjunto de artefatos que intervêm e transformam o real, a partir de uma postura que “tecnologicizou” e “economicizou” o mundo.

De acordo com Gudynas esta perspectiva antropocêntrica tem muitas implicações.

Por un lado, la Naturaleza es fragmentada en componentes, los que són reconocidos como “recursos”. Por otro lado, la apropiación de esos “recursos” necesariamente exige poder controlar, manipular y poseer el ambiente. Se defienden las posturas que permítem extraerlos, separalos, traspasarlos, modificarlos. Bajo ese tipo de apropiación, la utilidad discurre por intereses que girán alrededor del beneficio y la rentabilidad. (GUDYNAS, 2015, p. 22)

Se, conforme Corazza (2006), Keynes pretendia uma utopia que promovesse o bem enquanto tal, o que ele pretendia era uma sociedade racionalmente ética, uma sociedade ideal, onde a beleza e o amor se desenvolvessem de forma variada. Nesta, o dinheiro deveria perder a função de meio de entesouramento que transforma as pessoas em *money lovers*. Logo, o problema moral de nossa época se relaciona com o amor ao dinheiro e, na verdade, a atividade econômica deveria ser um meio para os objetivos superiores da civilização humana. Dessa forma, Keynes pretendia suprimir a riqueza como fim para colocá-la como meio a serviço de uma sociedade mais justa e mais civilizada.

O que talvez pudesse, ou devesse ser acrescentado a esta ideia, bastante nobre, mas também bastante otimista a respeito do futuro da civilização humana, é simplesmente que o universo não gira em torno das nossas aspirações. A Terra é substrato objetivo de nossa existência, necessitamos dela para sobreviver, mas a recíproca não é verdadeira. Portanto, se Keynes afirmava que o amor pelo fazer dinheiro era transitoriamente aceitável na medida em que impulsionava a acumulação de capital, atualmente, é preciso reconhecer que é justamente a acumulação de capital, o que coloca a humanidade numa realidade sufocante. Ademais, se o liberalismo dogmático, pautado no *laissez-faire*, pretendia desenraizar a economia da sociedade, o neoliberalismo parece pretender desenraizar a sociedade de seu substrato material e condição inalienável de existência. Afinal, se foi um artefato de poder e da arte de governar, o que tornou a terra propriedade privada, são as mesmas prerrogativas que transformam a propriedade privada da terra em algo completamente desterritorializado.

### **Considerações nada finais**

Ao longo do trabalho, buscamos traçar os contornos da simbiose entre a eclosão de doenças infecciosas com potencial pandêmico e o avanço do capitalismo financeiro sobre o espaço rural, em especial sobre o espaço rural brasileiro, onde, mais especificamente no que toca ao seu setor

agropecuário, se aprofunda um padrão de especialização produtiva calcado na produção de proteína animal e na monocultura (notadamente da soja). Conforme procuramos sublinhar, se o desmatamento está na raiz do surgimento de patógenos que colocam em risco a humanidade, e, se atualmente, a financeirização da propriedade rural responde por queimadas e desmatamentos, é justamente nessa quadratura que devemos tentar apreender as causas da rapidez com que novas doenças infecciosas entram em cena. Ao que parece, a velocidade que o circuito financeiro atribui à rotação dos capitais implica também maior velocidade no surgimento de novas doenças zoonóticas, visto que, a rigor, a especulação fundiária é precedida pelo fogo, que derruba biomas para que se transforme a terra em uma mercadoria. Parece-nos clara a possibilidade de uma associação entre a financeirização da propriedade rural e o desmatamento no Brasil, visto que boa parte dos recém-criados fundos administram terras no estado que fora um dos campeões em queimadas no ano de 2020, o Mato Grosso.

Nesse sentido, o que as reflexões suscitadas pela construção deste ensaio sugerem é que o amor pelo fazer dinheiro, uma patologia da economia monetária, segundo Keynes, está na raiz do processo de crescente surgimento de patógenos ameaçadores à humanidade. Nesses termos é mister reconhecer a importância do pensamento keynesiano enquanto aporte de ideias ao desenvolvimento da Economia Ecológica, mas também desta ao desenvolvimento da escola keynesiana de pensamento. sobretudo porque ambas as correntes de pensamento apostam na possibilidade de um capitalismo administrável. Contudo, a partir da compreensão do capital como um valor em processo, é claro para nós que a paralisação da criação de valor excedente (mais-valor), implica na petrificação do capital e, portanto, na crise da sociedade regida por sua lógica. O decrescimento, como conclamaram nos anos 1970 os autores do Relatório do Clube de Roma, ou mesmo o desenvolvimento sem crescimento, destacado nesse artigo, que mais do que uma criação original, já era defendida por John Stuart Mill em seus Princípios de Economia Política, não cabem na atual organização social. Keynes foi muito claro ao defender a regulação da propriedade privada pelo público. Suas prescrições passavam longe de uma ruptura sistêmica, o que pretendia era, apenas, delegar as decisões de longo prazo não para os proprietários individuais, mas para a organização representativa do interesse público, o Estado.

O que se depreende do trabalho aqui exposto é que aquilo que há muito vem sendo chamado como “problema ambiental” não é originário do meio ambiente, da natureza, em si. Em vez disso, tem sua origem nas convenções sociais humanas, na forma de organização social do processo de trabalho e na forma de propriedade. Discutir o futuro sustentável da vida na Terra parece indissociável de uma discussão a respeito das funções do Estado capitalista, o que inclui, decisivamente, uma discussão a respeito dos limites e funções da propriedade privada da terra, especialmente nos espaços rurais.

## Referências

- Abramovay, R. (2020). *Um setor infectado: propostas para as doenças do sistema agroalimentar*. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/um-setor-infectado-propostas-para-as-doencas-do-sistema-agroalimentar/> Acesso em 19/06/2021
- Benbrook, C. M. Trends in glyphosate herbicide use in the United States and globally. *Environmental Sciences Europe*, 28(3), 2016, pp. 1–15.
- Chesnais, F. A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998
- Clapp, J. The rise of financial investment and common ownership in global agrifood firms. *Review of International Political Economy*, v. 26, n. 4, 2009. Pp. 604-629.
- Corazza, G. Keynes e o osso tempo: Estado, moeda e liberalismo. In: Ferrari Filho, F. (Org.). *Teoria Geral, setenta anos depois*. Porto Alegre: UFRGS, 2006
- Costa, N.L & Santana, A.C. Estudo da Concentração do Mercado ao Longo da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, v. 16, n. 32, 2014, pp. 111-135.
- COSTA, A. *Antropoceno: Um ataque ao delicado ajuste do Sistema Terra* In: Antropoceno: Desafios da “nova era”, *Boletim ECOECO*, nº 38, ed. Especial, p. 15-20, 2019
- Daily, H. (1990). Toward some operational principles of sustainable development. In: *Ecological Economics*, v.2, 1990, pp. 1-6
- \_\_\_\_\_. (1997). *Nature's services: societal dependence on natural ecosystem*. Washington, DC: Island Press.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Dowbor, L. A. (2016). economia travada pelos intermediários financeiros. In: Sader, E. *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: LPP-UERJ.
- Escher, F. & Wilkinson, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. *Rev. Econ. Sociol. Rural* 57 (4), 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>
- FAO. (2020). *Evaluación de los recursos forestales mundiales 2020 - Principales resultados*, Roma, 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA8753Es/CA8753Es.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2020.
- Fressato, S.B. & Nóvoa, J. *Soou o alarme: a crise do capitalismo para além da pandemia*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- Garnett, T.. Food sustainability: Problems, perspectives and solutions. *The Proceedings of the Nutrition Society*, 72 (1), 2013, pp. 29–39. doi:10.1017/S0029665112002947
- Gudynas, E. *Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- Graziano Da Silva, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981

- \_\_\_\_\_. Tecnologia e Agricultura familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.
- \_\_\_\_\_. A nova dinâmica da agricultura brasileira: Campinas. Editora da UNICAMP, 1996
- Keynes, J.M. *Keynes: economia*. São Paulo: Ática, 1978
- Lapavistas, C. Theorizing financialization. *Work, employment and Society* 25(4) 611–626. DOI: 10.1177/0950017011419708
- \_\_\_\_\_. *El capitalismo financeiro: expansión y crisis*. Madrid: Maia Ediciones, 2009
- Leff, E. A construção da racionalidade ambiental. In: LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 221-275.
- Lima, G.T. & Cardoso, F.G. *Patologias monetárias e economia como ciência moral a serviço da ética na visão de Keynes*. In: Ferrari Filho, F. (Org.). *Teoria Geral, setenta anos depois*. Porto Alegre: UFRGS, 2006
- Marques, L. *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Campinas: UNICAMP, 2018.
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Paulani, L. A dança dos capitais. *Praga - Estudos Marxistas*, São Paulo, n. 6, p. 45-56, 1998.
- Porto-Gonçalves, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- Romeiro, A.R. *Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. Estudos Avançados. 2012.
- Svampa, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*, São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- Teixeira, R.; Pinto, E.C.; *A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. *Campinas: Economia e Sociedade*, 21, 2012: 909-941.
- Torshizi, M., & Clapp, J. (2018). Price effects of common ownership in the seed sector. SSRN, Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3338485](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3338485)> Acesso em 07 junho 2021.
- UNEP. (2016). *Emerging Issues of Environmental Concern*. United Nations Environment Programme, Nairobi. Disponível em: <[https://environmentlive.unep.org/media/docs/assessments/UNEP\\_Frontiers\\_2016\\_report\\_emerging\\_issues\\_of\\_environmental\\_concern.pdf](https://environmentlive.unep.org/media/docs/assessments/UNEP_Frontiers_2016_report_emerging_issues_of_environmental_concern.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2020.